



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

Comissão Executiva do Vestibular
Conselho Regional de Serviço Social – 3ª Região/CE
Concurso Público para **Agente Fiscal**, Assistente Financeiro e Assistente Administrativo

LOCAL DE PROVA

RG

PROVA OBJETIVA
AGENTE FISCAL

30 de março de 2008

DURAÇÃO: 04 HORAS

INÍCIO: 09h 00min

TÉRMINO: 13h 00min

ASSINATURA DO CANDIDATO

**Leia com atenção todas as instruções abaixo.
O tempo utilizado para esta leitura está incluído no tempo de duração da prova.**

01. Para fazer sua prova, você está recebendo um caderno, contendo 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, numeradas de 01 a 50.
02. Cada questão apresenta um enunciado seguido de 4 (quatro) alternativas, das quais somente uma é a correta.
03. Com ênfase na **SEGURANÇA** para o candidato e em virtude de razões logísticas e operacionais o caderno de prova deve ser, necessariamente, assinado no local indicado.
04. Examine se o caderno de prova está completo ou se há falhas ou imperfeições gráficas que causem qualquer dúvida. Se for o caso, informe, imediatamente, ao fiscal para que este comunique ao Coordenador. A CEV poderá não aceitar reclamações após 30 minutos do início da prova.
05. Decorrido o tempo determinado pela CEV, será distribuído o cartão-resposta, o qual será o único documento válido para a correção da prova.
06. Ao receber o cartão-resposta, verifique se o seu nome e número de inscrição estão corretos. **Reclame imediatamente**, se houver discrepância.
07. Assine o cartão-resposta no espaço reservado no cabeçalho.
08. Não amasse nem dobre o cartão-resposta para que o mesmo não seja rejeitado pela leitora óptica, pois não haverá substituição do cartão-resposta.
09. Marque suas respostas pintando completamente o quadradinho correspondente à alternativa de sua opção. Assim:
10. Será anulada a resposta que contiver emenda, rasura, a que apresentar mais de uma alternativa assinalada por questão, ou ainda, aquela que, devido à marcação, não consiga ser identificada pela leitora, uma vez que a correção da prova se dá por meio eletrônico.
11. É vedado o uso de qualquer material, além da caneta de tinta azul ou preta, para marcação das respostas.
12. Qualquer forma de comunicação entre candidatos implicará a sua eliminação.
13. Não será permitido ao candidato, durante a realização da prova, portar: armas; aparelhos eletrônicos de qualquer natureza; bolsas; livros, jornais ou impressos em geral; bonés, chapéus, lenço de cabelo, bandanas ou outros objetos que impeçam a visualização completa das orelhas.
14. É vedado o uso de telefone celular ou de qualquer outro meio de comunicação. O candidato que for flagrado fazendo uso do aparelho celular, durante o período de realização da prova será, sumariamente, eliminado da Seleção.
15. O candidato, ao sair da sala, deverá entregar, definitivamente, seu **cartão-resposta preenchido e o caderno de prova**, devidamente assinados, devendo, ainda, assinar a folha de presença.
16. É proibido copiar suas respostas em papel, em qualquer outro material, na sua roupa ou em qualquer parte de seu corpo. No entanto, sua grade de respostas estará disponível na página da CEV/UECE (www.uece.br), a partir das 16 horas do dia 31 de março de 2008. O gabarito e as questões desta prova estarão disponíveis na página da CEV (www.uece.br), a partir das 15 horas do dia 30 de março de 2008.
17. O candidato poderá interpor recurso administrativo contra o gabarito oficial preliminar, a formulação ou o conteúdo de questão da prova. O prazo para interposição de recursos finda às 17 horas do dia 03 de abril de 2008.
18. Os recursos deverão ser dirigidos ao Presidente da CEV/UECE e entregues no Protocolo Geral da UECE, no Campus do Itaperi, Av. Paranjana, 1700, no horário das 08 às 12 horas e das 13 às 17 horas.

PROVA OBJETIVA:

Este Caderno de Prova deve conter 50 (cinquenta) questões, numeradas de 01 a 50, todas com 04 (quatro) alternativas. Verifique se o caderno está completo ou se há imperfeições. Nestes casos, informe, imediatamente, ao fiscal.

Marque seu cartão-resposta pintando completamente o quadrinho correspondente à sua resposta, conforme o modelo:



PROVA PARA AGENTE FISCAL

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto 01

Cooper, a religião aeróbica

Revista Veja, 26 de julho de 1972 - *Aeróbico: do grego "aér" (ar) e "bíos" (vida); diz-se daquele que vive do ar.*

Um louco, sem dúvida. Vinte dias antes, aquele homem com rosto de menino, braços compridos e um topete rebelde eternamente debruçado sobre as sobrelombas permanecia internado, em regime de repouso absoluto, no Hospital das Clínicas de São Paulo - estava com pelo menos meia dúzia de costelas fraturadas em consequência de um acidente de automóvel. E agora, de calção, tênis branco e sem camisa, numa manhã tão fria que parecia impossível suar, trôpego como um bêbado, os joelhos se chocando a cada passada, ele corria, dando voltas e mais voltas numa pista de atletismo apenas separada do hospital e de seu resguardo por um cheiroso cortinado de eucaliptos. "Eu sentia todos os ossos chacoalharem no peito, mas continuei, até completar 2.000 metros." Na verdade, Euclides Fontagno Marques, 37 anos, médico cardiologista respeitado, componente da famosa equipe comandada por Euryclides de Jesus Zerbini, sabe que o sistema de condicionamento físico idealizado por um colega americano, o Dr. Kenneth H. Cooper, diretor do Laboratório Espacial da NASA em San Antonio, Texas, pode ser mais importante do que a cama na recuperação de um doente. "Não há nenhum mistério. Como também não há nenhum milagre. Com os exercícios, eu estava simplesmente estimulando meu organismo a reagir". Mais do que isso, porém, o chamado método de Cooper já parece ser um instrumento fundamental na prevenção, por exemplo, de doenças cardíacas - e no próprio tratamento de pessoas com problemas de coração. "É evidente que um indivíduo fisicamente mais capaz, e não precisa ser um grande atleta, tem menos possibilidade de sofrer um enfarte do que aquele indivíduo sedentário, que passa todo o seu tempo entre o leito e a poltrona acolchoada do escritório". Segundo a terapêutica convencional de alguns anos atrás, o tratamento de um ataque cardíaco era feito com remédios de eficiência meramente temporária, como a maioria dos vasodilatadores -

enquanto o paciente esperava por um novo enfarte. Hoje, já está provado que, com o treinamento atlético, um doente pode atuar diretamente sobre seu próprio organismo, em vez de depender da ação temporária das drogas. "Como sistema de condicionamento físico, o método de Cooper é o que existe de melhor à disposição da medicina", assegura Fontagno Marques. Essa certeza tem sido constantemente corroborada nas viagens que Kenneth Cooper, fundador e grande sacerdote dessa nova religião, vem fazendo pelo mundo, a fim de divulgar os seus livros e suas idéias. Alto, magro, expressão decidida e um aperto de mão capaz de esmagar uma laranja, Cooper, de 42 anos, nos últimos dois anos visitou cerca de vinte países nas Américas e na Europa e testou sua teoria - cientificamente - em quase 60.000 pessoas. E, na essência, as conclusões dos exames foram todas iguais: "Depois de quarenta dias do método, o indivíduo praticamente ganha um corpo novo. Uma artéria com diâmetro de 2 milímetros passa para 6. Onde havia somente cem vasos capilares por milímetro, passam a existir trezentos".

01. Pode-se depreender do Texto 01 que

- A) médicos diferentes acham que o condicionamento físico é capaz de evitar doenças cardiovasculares.
- B) os tratamentos modernos para doenças cardiovasculares condenam a atividade física.
- C) um atleta nunca sofre enfarte por ter um preparo físico ideal.
- D) não há nenhuma diferença entre um esportista e um sedentário.

02. "Segundo a terapêutica convencional de alguns anos atrás, o tratamento de um ataque cardíaco era feito com remédios de eficiência meramente temporária, como a maioria dos vasodilatadores - enquanto o paciente esperava por um novo enfarte. Hoje, já está provado que, com o treinamento atlético, um doente pode atuar diretamente sobre seu próprio organismo, em vez de depender da ação temporária das drogas". A leitura do texto nos permite deduzir que

- A) novas atitudes eliminam, completamente e em qualquer situação, padrões convencionais.
- B) padrões convencionais nunca estão presentes em uma sociedade moderna e informada.
- C) existem padrões de comportamento próprios e exclusivos a cada situação.
- D) não importa quão diferentes sejam os novos padrões; eles sempre se fundamentam em padrões antigos.

03. Na frase "*O sistema de condicionamento físico pode ser mais importante do que a cama na recuperação de um doente*", retirada do texto, vemos o conectivo do que utilizado segundo as normas gramaticais da língua culta. Das opções abaixo a única que atende às normas de regência é:

- A) Após o desabamento do telhado da escola, foi grande o movimento dos bombeiros que entravam e saíam do local.
- B) Em entrevista sobre o festival de arte, a atriz confessou que preferiu mais o do ano anterior do que o deste ano.
- C) Antes de começar o jogo, o técnico pediu que fizessem um minuto de silêncio para as vítimas do Boeing.
- D) A exposição de fotos sobre o martírio de Testemunhas de Jeová durante a Segunda Guerra recebeu mais de 30 mil visitantes em uma semana.

04. Assinale a alternativa que apresenta corretamente a função sintática do termo sublinhado.

- A) É evidente que um indivíduo fisicamente mais capaz tem menos possibilidade de sofrer um enfarte. – sujeito
- B) Eu sentia todos os ossos chacoalharem no peito, mas continuei, até completar 2.000 metros. – oração subordinada concessiva
- C) O chamado método de Cooper já parece ser um instrumento fundamental na prevenção. – objeto indireto
- D) Hoje, já está provado que, com o treinamento atlético, um doente pode atuar diretamente sobre seu próprio organismo. – adjunto adverbial

Texto 02

A galopante dietomania

Veja on-line – Retirado da revista Veja, em reportagem de 29 de maio de 1974.

Calorias não engordam, ginástica da Força Aérea Canadense, teste de Cooper, regime dos astronautas, internamentos em clínicas de endocrinologia - os gordos, crédula e vorazmente, experimentam de tudo para se livrar de seus quilos a mais. Mas nada disso adiantará, independente da eventual seriedade do método, enquanto o próprio paciente não se decidir realmente a emagrecer, respondem os dietistas, num raro exemplo de unanimidade na classe médica. Bonachões, os gordos concordam. Na verdade, há gordos e gordos a aceitarem e consumirem as fórmulas ensinadas pelos regimes. Existem os que necessitam de um tratamento, os obesos. Existem os que se encontram acima do peso - ligeira ou acentuadamente - e por isso se cuidam. E, finalmente, vem a classe dos que não têm problema de gordura, mas se incorporam aos fiéis das dietas por mera preocupação estética ou porque estão possuídos, apesar de magros, pelo medo de engordar.

05. Sobre a pontuação do Texto 02, é certo afirmar que

- A) a vírgula no trecho em destaque tem função de enumeração.
- B) o hífen tem função argumentativa.
- C) em "crédula e vorazmente" a vírgula tem função explicativa.
- D) o hífen marca a inversão do período.

06. O trecho sublinhado no Texto 02 tem função de

- A) sujeito.
- B) complemento nominal.
- C) predicado.
- D) aposto.

07. "Bonachões, os gordos concordam". Assim como em "bonachões", também se escrevem com CH:

- A) encher, mecher.
- B) deichar, chaveiro.
- C) macho, poncho.
- D) enchada, puchar.

08. Assinale a alternativa em que o uso da crase está **INCORRETO**.
- A) É que, perante os novos conceitos da endocrinologia, à obesidade não passa de um vício.
- B) Às vésperas da décima experiência com um endocrinologista e com 120 quilos que parecem muito mais, sabe que vai perder mais esta batalha.
- C) Um e outro dizem ainda que essa procura pelos endocrinologistas se deve à impressão, generalizada entre os gordos, de que têm distúrbios glandulares.
- D) À mãe bem intencionada, mas equivocada quanto ao real significado da palavra saúde, pode criar na criança uma predisposição irremediável para a obesidade.
09. No período "Na verdade, há gordos e gordos a aceitarem e consumirem as fórmulas ensinadas pelos regimes", a expressão em destaque indica
- A) substituição vocabular.
- B) enumeração enfática.
- C) repetição.
- D) progressão.
10. Na passagem "Existem os que se encontram acima do peso - ligeira ou acentuadamente - e por isso se cuidam.", o termo "ligeira" significa
- A) rapidamente.
- B) profundamente.
- C) levemente.
- D) constantemente.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

11. A Lei 8662/93, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social, estabelece atribuições que lhe são privativas, bem como define suas competências profissionais. Essa lei descreve, ainda, as atribuições dos Conselhos Regionais de Serviço Social em suas respectivas áreas de jurisdição. Assinale a alternativa cujo teor **CONTRARIA** o que prescreve a referida lei.
- A) Compete ao CRESS expedir carteiras profissionais de Assistente Sociais, fixando a respectiva taxa. Assim como lhe cabe elaborar o respectivo Regimento Interno e submetê-lo a exame e aprovação do fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS.
- B) São atribuições exclusivas do CRESS, dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas, assim como prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social.
- C) Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos, assim como realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, constituem competência dos Assistentes Sociais.
- D) Coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos e projetos na área de Serviço Social, assim como realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social, constituem atribuições privativas do assistente social.

12. A Resolução CFESS Nº 361/98, do Conselho Federal de Serviço Social, institui a Política de Combate à Inadimplência, de suma importância para todos os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), para sua própria manutenção e apoio aos profissionais de Serviço Social. Segundo essa Resolução, os CRESS devem adotar, prioritariamente,
- A) ações coercitivas, mantendo para isso rigorosa atualização de cadastro, de forma a possibilitar a localização e número preciso de inadimplentes, com inscrição imediata dos débitos na Dívida Ativa do Estado, encaminhando-se ao Profissional cópia do referido termo.
 - B) a instauração, de imediato, do competente processo disciplinar e cobrança judicial, cuja operacionalização deverá ser acompanhada e executada pelo Presidente de cada Conselho Regional de Serviço Social.
 - C) o envio de correspondência aos profissionais inadimplentes, informando sobre o débito e a necessidade de regularização do mesmo no prazo de 24 horas, sem Aviso de Recebimento, sob pena de imediata execução do profissional inadimplente, através da sua inscrição na Dívida Ativa do Estado e posterior Ação Judicial.
 - D) ações educativas, pois a sua eficácia resultará, não somente na quitação do débito, mas também na diminuição de desgaste político e de custos com trâmites jurídicos.
13. Sobre o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, assinale o correto.
- A) Foi instituído pela Resolução CRESS Nº 273/93 e, dentre outras atribuições, vedou ao Assistente Social a prática de ser conivente com condutas antiéticas, crimes ou contravenções penais na prestação de serviços profissionais, assim como permitiu pleitear para si ou para outrem emprego, cargo ou função que estejam sendo exercidos por colega.
 - B) Dentre as penalidades aplicáveis aos Assistentes Sociais, verifica-se a pena de suspensão do exercício profissional. Esta acarreta ao Assistente Social a interdição do exercício profissional em todo o território nacional, pelo prazo de 30 (trinta) dias a 2 (dois) anos. A suspensão por falta de pagamento de anuidades e taxas só cessará com a satisfação do débito, podendo ser cancelada "ex officio" a inscrição profissional, após decorridos três anos da suspensão.
 - C) Da imposição de qualquer penalidade caberá recurso com efeito devolutivo ao CFESS.
 - D) Nas relações existentes entre Assistentes Sociais e outros profissionais, pode-se citar, entre outros deveres, o de respeitar normas e princípios éticos das outras profissões, assim como o de repassar ao seu substituto as informações necessárias à continuidade do trabalho, sendo solidário com outros profissionais, eximindo-se de denunciar atos que contrariem os postulados éticos contidos no Código de Ética da categoria e incentivando, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar.
14. A Resolução Nº 378/98 define, entre outras, as normas de inscrição do Assistente Social nos Conselhos Regionais. Sobre essas normas, é correto afirmar que
- A) para os assistentes sociais habilitados exercerem a profissão é obrigatória a inscrição no CRESS, de sua área de atuação, independentemente do seu enquadramento funcional na instituição, sendo os únicos documentos que instruem a inscrição principal do profissional nos CRESS os seguintes: Cédula de Identidade, Título de Eleitor e original e cópia do diploma de Bacharel em Serviço Social ou de Assistente Social, expedido por estabelecimento de ensino superior do país, devidamente registrado nos órgãos oficiais competentes.
 - B) o profissional que declarar falsamente ou omitir a sua inscrição principal perante outro CRESS terá suas duas inscrições mantidas.
 - C) a inscrição poderá ser requerida por instrumento público, não podendo, no entanto, o procurador constituído receber carteira e/ou cédula de identidade profissional.
 - D) se o profissional mudar de local de trabalho, de um Estado para outro, deverá requerer ao CFESS a transferência de sua inscrição principal, cabendo ao CFESS definir para qual CRESS o profissional recolherá suas anuidades.

15. Baseado nas normas gerais para o exercício da fiscalização profissional e na Política Nacional de Fiscalização, assinale o correto.
- A) A execução da fiscalização se faz em relação ao exercício profissional dos assistentes sociais e não às pessoas jurídicas que prestam serviços específicos do serviço social a terceiros. Para tanto, os CRESS deverão manter em caráter provisório, uma Comissão de Orientação e Fiscalização – COFI, formada, sempre, por 3 (três) membros (1 Conselheiro, 1 Agente Fiscal Contratado e 1 Assistente Social inscrito no CRESS), em pleno gozo de seus direitos e, se possível, indicados por entidades da categoria e unidades de ensino.
- B) Regulamentada pela Resolução 382/99, de 21 de fevereiro de 1999, a Política Nacional de Fiscalização atribui competências à COFI, dentre as quais se podem citar: orientar a categoria e a população quando suscitadas questões do âmbito de competência da COFI, bem como orientar as pessoas que prestem denúncias verbais ou escritas sobre exercício ilegal da profissão do Assistente Social; discutir e avaliar os relatórios de visita de fiscalização, encaminhados pelo agente fiscal com vistas à adoção de providências cabíveis; notificar extrajudicialmente as entidades que descumprem as normas legais da profissão; realizar, a cada 2 (dois) anos, o planejamento de atividades, orçando os recursos necessários ao pagamento de suas despesas, garantindo a execução enquanto ação precípua. Já aos Agentes Fiscais, de acordo com a política nacional de fiscalização, dentre outras atribuições, compete: organizar, juntamente com os funcionários administrativos, prontuários, documentos e qualquer expediente ou material pertinente ao exercício da fiscalização; orientar as instituições, Assistentes Sociais e outros profissionais quanto aos meios necessários para regularização de situações pendentes e cumprir suas funções dentro dos limites estritamente legais, sem exorbitar o poder de fiscalização do qual está investido.
- C) Supondo que um Agente Fiscal comparecesse a uma empresa para realizar fiscalização, após denúncia escrita de que ali existiam 2 (dois) profissionais Assistentes Sociais, para os quais a empresa não oferecia condições adequadas (instalações físicas) para desempenharem suas funções e, ainda, que a referida empresa sequer estava inscrita no CRESS daquela localidade, devem ser tomadas as seguintes medidas: I – Em consonância ao que preceitua a Resolução 493/2006 e ainda o art. 10º, letra “q” e o art. 12–X da Resolução 382/99, oficiar a empresa no sentido de que a mesma regularize a situação de inadequação física, constatada pela visita de fiscalização; II – Em consonância com o que preceituam os artigos 80 e seguintes da Resolução Nº 378/98, oficiar a empresa visitada a regularizar sua inscrição perante o CRESS da sua localidade, no prazo de 30 (trinta) dias, com observância ainda ao que preceitua o art. 85 da referida resolução, que trata do deferimento de tal medida após parecer da COFI, alertando-a a respeito das penalidades definidas nos artigos 107 a 116 da referida Resolução.
- D) Os instrumentos básicos a serem utilizados no exercício da ação fiscalizadora são: Relatório de Visita de Fiscalização, Relatório de Averiguação de Irregularidades, Termo de Visita, Notificação, Relatório Mensal de Atividades de Fiscalização e Cronograma de Visitas. Dentre os objetivos da Política Nacional de Fiscalização, pode-se citar o de estabelecer estratégias que possibilitem a garantia da fiscalização consoante às exigências da profissão e da sociedade e como uma das diretrizes da referida Política Nacional, a de exteriorização do processo de fiscalização da profissão, através da discussão e organização de núcleos de profissionais em todo o Município.
16. Com base na Resolução Nº 379/98, que regula o Regimento Interno dos CRESS, assinale o **INCORRETO**.
- A) Os Conselhos Regionais são dotados de autonomia administrativa e financeira, sem prejuízo de sua vinculação ao CFESS – Conselho Federal de Serviço Social, tendo como objetivo básico disciplinar, orientar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Assistente Social em seu âmbito de jurisdição.
- B) Compete ao Presidente do CRESS: convocar o Conselho Pleno e a Diretoria, e dar execução às resoluções e deliberações, assim como prestar informações que lhe forem solicitadas pelos poderes públicos e conselheiros; representar o CRESS judicialmente ou extra-judicialmente, submeter ao Conselho Pleno, para homologação, os atos praticados *ad referendum*, não lhe sendo, portanto, permitido, abrir contas em estabelecimentos de créditos, movimentar fundos, assinar cheques e documentos de secretaria e tesouraria.
- C) É permitida a reeleição dos Conselheiros do CRESS por uma única vez consecutiva, sendo garantida a renovação de pelo menos 2/3 de seus membros. Compete aos Conselheiros atuar em comissões e grupos de trabalho, tendo em vista o melhor atendimento das finalidades do CRESS, além de zelar pela conservação e preservação do patrimônio do CRESS. O Conselho Pleno do CRESS é composto de 9 (nove) membros efetivos e 9 suplentes.

- D) A diretoria do CRESS será composta pelo Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários e 1º e 2º Tesoureiros, reunindo-se quinzenalmente; o Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos, reunindo-se ordinariamente na 1ª quinzena de cada mês; já a estrutura do CRESS compreende as seguintes instâncias: Assembléia Geral da Categoria, Conselho Pleno – Órgão Deliberativo, Diretoria – Órgão Executivo, Conselho Fiscal – Órgão Fiscal e Encontro CRESS/Delegacias.
17. A Resolução CFESS Nº 428/2002, de 14 de maio de 2002, dispõe sobre as normas que regulam o CÓDIGO PROCESSUAL DE ÉTICA, incluindo todas as alterações que foram regulamentadas por Resolução, bem como aquelas aprovadas pelo Encontro Nacional CFESS/CRESS, realizado em 2001. Com base nessa Resolução, assinale o **INCORRETO**.
- A) A representação, denúncia ou queixa de iniciativa de qualquer interessado ou "ex officio", poderá ser apresentada mediante documento escrito e assinado pelo denunciante, contendo ou não a prova documental que possa servir à apuração do fato e sua autoria, nome e qualificações apenas do denunciado e a descrição do fato de forma simplificada, para apuração da possível infração ética. A competência para apreciar, apurar e julgar infrações éticas em primeira instância é do CRESS onde o profissional estiver inscrito, ao tempo do fato punível ou de sua ocorrência.
- B) O Processo Disciplinar Ético terá forma de autos judiciais, com peças anexadas por termo e, os despachos, pareceres e decisões serão anexados em ordem cronológica e numérica. Os prazos serão contados a partir da juntada aos autos da comprovação do recebimento das intimações, notificações, convocações e comunicações. Se não houver expediente na data de vencimento do prazo, prorroga-se até o primeiro dia útil seguinte o referido prazo.
- C) A Instrução Processual Ética estabelece que a citação do denunciado será feita por meio de AR, preferencialmente na modalidade Aviso de Recebimento/Mãos Próprias, para que este ofereça no prazo de 15 dias, defesa por escrito, indicando, inclusive, as provas que pretende produzir. A citação do mesmo deverá se fazer acompanhar da documentação competente, dentre elas, a cópia da denúncia e o parecer da Comissão Permanente de Ética.
- D) O julgamento do processo ético deverá ser realizado pelo Conselho Pleno do CRESS no prazo de até 60 (sessenta) dias após o recebimento do parecer da Comissão de Instrução. As partes poderão fazer-se representar por advogado, através de instrumento mandatário específico, sendo, porém, imprescindível a presença de defensor dativo quando o denunciado for revel. Após o julgamento, as partes poderão interpor recurso ao CFESS – Conselho Federal de Serviço Social, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da ciência da decisão ou recebimento da intimação.
18. Com base no Código Eleitoral, é possível afirmar, corretamente, que
- A) a duração dos mandatos dos membros do CRESS e CFESS é de 3 (três) anos e que todo o Assistente Social pode pretender investidura em cargo eletivo, respeitadas as condições de elegibilidade e compatibilidade previstas nesse código, sendo o voto direto, pessoal, transferível. O referido processo eleitoral, normatizado pelo CRESS de cada localidade, obedecerá ao que definem as regras do CFESS.
- B) são impedimentos para a candidatura dos assistentes sociais a cargos eletivos no CFESS, CRESS ou Delegacias Seccionais de Serviço Social: ser integrante de comissões, subcomissões ou mesa eleitoral; ter perdido mandato eletivo, nos últimos 6 (seis) anos, em Delegacias Seccionais, Conselho Regional ou Federal de Serviço Social, salvo em caso de renúncia. Uma das exigências para o assistente social ser elegível é não ter sido penalizado por infração ao Código de Ética Profissional do Assistente Social, no período de dois anos anteriores à candidatura.
- C) a realização da votação far-se-á em 3 (três) dias consecutivos e nas datas previstas pelo calendário eleitoral. As cédulas contendo as chapas registradas deverão ser impressas em papéis de cores iguais, para CRESS e CFESS. As eleições para o CRESS realizar-se-ão simultaneamente em todo o território nacional, mas a do CFESS ocorrerá 3 (três) dias após as eleições dos CRESS.
- D) no prazo de 5 dias, após o último dia estabelecido para o pedido de registro de chapas, a Comissão Nacional e as Comissões Regionais emitirão parecer sobre o pedido de registro de chapas. A propaganda das chapas, por quaisquer meios de divulgação e comunicação, deverá encerrar-se 48 horas antes da eleição. Será possível o voto por correspondência, com envio pelo CRESS do material necessário ao exercício do voto, até 20 (vinte) dias antes da data da eleição.

19. Assinale a alternativa cujo teor **CONTRARIA** o texto da Lei Nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.
- A) Integram a Presidência da República, como órgãos de assessoramento imediato ao Presidente da República, o Conselho de Governo, o Advogado Geral da União, o Alto Comando das Forças Armadas e o Estado Maior das Forças Armadas.
- B) Dentre as competências do Ministério da Saúde encontram-se: a política nacional de saúde, a pesquisa científica e de tecnologia na área de saúde e informações de saúde, assim como insumos críticos para a saúde.
- C) Os Conselhos de Fiscalização de Profissões Regulamentadas não manterão qualquer vínculo funcional ou hierárquico com os órgãos da administração pública e seus empregados serão regidos pela CLT.
- D) Mesmo sendo autorizados a cobrar e executar as anuidades devidas por pessoas físicas ou jurídicas e definir preços de serviços e multas, que constituirão receitas próprias, os Conselhos de Fiscalização de Profissões Regulamentadas não gozam de imunidade tributária em relação aos seus bens, rendas e serviços.
20. O Estatuto do conjunto CFESS/CRESS, instituído por meio da Resolução Nº 376, de 24 de novembro de 1998, define como instância máxima de deliberação desse conjunto o
- A) Encontro Nacional de Escolas de Serviço Social, Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço Social, no qual é garantido o direito à voz e voto a delegados das três entidades.
- B) Fórum Nacional de Assistência Social, constituído por representantes da sociedade civil, dos Conselhos Regionais e do Conselho Federal de Serviço Social, espaço no qual se garante direito à voz e voto apenas ao CRESS e ao CFESS, reservando-se à sociedade tão-somente o direito à voz.
- C) Encontro Nacional CFESS/CRESS, composto de delegados do CFESS e dos CRESS, aos quais fica garantido o direito à voz e voto, sendo aberto à participação de assistentes sociais, estudantes de Serviço Social, representantes da sociedade civil e convidados, a todos esses a quem está assegurado somente direito à voz.
- D) Conselho Superior Deliberativo, integrado por delegados escolhidos, tanto pelos CRESS e CFESS quanto nas Conferências de Assistência Social das distintas esferas de governo. Apenas os representantes dos CRESS e CFESS têm direito à voz e voto; aos demais, assegura-se o direito à participação e manifestação de opinião.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. As entidades que desenvolvem programas de atendimento à criança e ao adolescente são obrigadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente a
- A) ter em seu quadro funcional, no mínimo, um assistente social para cada vinte e cinco crianças e adolescentes mantidos em regime de abrigo e dois assistentes sociais para cada trinta adolescentes mantidos em regime de internação ou de semiliberdade.
- B) proceder à inscrição de seus programas, com especificação dos regimes de atendimento em conformidade ao determinado na mesma lei, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- C) realizar campanhas sistemáticas com vistas à sensibilização da sociedade quanto à necessidade de adotar crianças abandonadas e órfãs, de modo a evitar um longo período de institucionalização das mesmas.
- D) encaminhar a relação de crianças e adolescentes que mantêm em seus programas ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para que possa ser garantido o recebimento dos recursos destinados a sua manutenção.
22. Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que
- A) o dirigente de entidade de abrigo é equiparado ao guardião, para todos os efeitos de direito.
- B) é decisão pessoal e técnica do assistente social deixar que grupos de irmãos permaneçam ou não em um mesmo abrigo.
- C) o assistente social, por sua função de buscar restabelecer os vínculos familiares das crianças e adolescentes mantidos em regime de abrigo, equipara-se ao tutor para efeitos específicos de direito.
- D) é aconselhável, sempre que possível, a transferência de crianças e adolescentes para outras entidades de abrigo, a fim de evitar os problemas decorrentes de sua longa permanência em um mesmo um mesmo abrigo.

23. A prioridade absoluta prevista na Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), assegura ao idoso, entre outras garantias,
- A) a não obrigatoriedade de declarar, anualmente, junto à Receita Federal seus rendimentos e bens.
 - B) o direito de não ser preso quando do cometimento de crimes, exceto no caso de prática de crimes hediondos.
 - C) que sejam promovidas capacitação e reciclagem dos profissionais que atuam nas áreas de geriatria e de gerontologia, bem como na prestação de serviços aos idosos.
 - D) o direito de ser preferencialmente cuidado por instituição asilar, tendo em vista que nelas se encontram profissionais qualificados para assegurar-lhe assistência adequada.
24. De acordo com o Estatuto do Idoso, entre os meios pelos quais a prevenção e a manutenção da saúde do idoso devem ser efetivadas, estão os três seguintes:
- A) o atendimento geriátrico e gerontológico em ambulatórios; o atendimento domiciliar – incluindo a internação – para a população que dele necessitar e esteja impossibilitada de se locomover; a reabilitação orientada pela geriatria e gerontologia, para redução de seqüelas decorrentes do agravo da saúde.
 - B) a internação domiciliar para os idosos que possam custear os honorários dos profissionais envolvidos no tratamento; o atendimento geriátrico e gerontológico exclusivamente em regime hospitalar; as unidades geriátricas de referência, com pessoal especializado nas áreas de geriatria e gerontologia social.
 - C) o cadastramento da população idosa; o financiamento das unidades de internação especializadas da rede privada; o atendimento domiciliar – incluindo a internação – para a população que dele necessitar e esteja impossibilitada de se locomover.
 - D) o cadastramento da população idosa; as unidades hospitalares especializadas da rede pública; as unidades de internação especializadas da rede privada.
25. O conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à assistência social, à previdência social e à saúde, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 denomina
- A) primado da justiça social.
 - B) doutrina da ordem social.
 - C) sistema integrado de assistência social.
 - D) seguridade social.
26. Com base na Constituição Federal de 1988, é possível afirmar corretamente acerca da saúde que
- A) ao sistema único de saúde não compete qualquer ação de vigilância sanitária e epidemiológica. A ele cabe exclusivamente encetar medidas voltadas à prestação de assistência médica ambulatorial e hospitalar.
 - B) a iniciativa privada pode participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo as diretrizes deste. Sua participação deverá dar-se mediante contrato de direito público ou convênio.
 - C) a garantia desse direito, não se efetiva por meio de políticas de cunho econômico, tendo em vista que, se assim o fosse, o Estado não poderia assumi-la enquanto dever.
 - D) a descentralização é uma das diretrizes do sistema único de saúde, que se efetiva somente quando cada esfera de governo é capaz de atuar com múltiplas direções.
27. No capítulo que trata da seguridade social, a Constituição Federal de 1988 deixa afirmado que pensão por morte de segurado, homem ou mulher, paga ao cônjuge ou companheiro e dependentes, deverá ser coberta pelos
- A) planos de assistência social, mediante contribuição.
 - B) planos de cooperativas de empresas privadas e do poder público.
 - C) planos de previdência social, mediante contribuição.
 - D) planos de seguridade social, independente de contribuição.
28. A Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) faz alusão a duas modalidades de benefícios: benefício de prestação continuada e benefícios eventuais. Em relação aos benefícios eventuais é possível afirmar corretamente que
- A) visam ao pagamento de auxílio por natalidade ou morte às famílias cuja renda mensal *per capita* seja inferior a um quarto do salário mínimo.
 - B) são destinados à cobertura de eventos que envolvam acidentes de trabalho que resultem em afastamento do trabalhador de suas atividades laborais por longo período.
 - C) são destinados exclusivamente ao pagamento de auxílio natalidade, auxílio desemprego e cobertura de acidentes para trabalhadores na zona rural.
 - D) visam, exclusivamente, à prestação de auxílio pecuniário aos trabalhadores rurais e suas famílias para cobrir as despesas de aquisição de sementes e insumos em períodos de longa estiagem.

29. A "supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica" é descrita em lei como um dos princípios que rege a
- A) política econômica no Estado brasileiro.
 - B) política social no Estado democrático de direito.
 - C) ação estatal de viés filantrópico.
 - D) assistência social.
30. A política social, na perspectiva adotada por Sposati,
- A) se estabelece e se modifica na correlação das forças, daí por que não adianta buscar grandes conquistas no cenário social, pois o "lado forte" não é o que demanda as ações e os serviços de tal política.
 - B) não deixa de ser uma forma de gestão estatal da força de trabalho, mas também se configura um espaço em que os trabalhadores podem dar articulação e movimento as suas pressões, com vistas ao alcance do atendimento cada vez mais ampliado de suas necessidades e reivindicações.
 - C) na realidade, se configura tão-somente um produto unidirecional e autônomo da burocracia das instituições públicas. É o espaço onde o profissional de Serviço Social coloca-se como mero articulador entre a vontade institucional e a quietude e a ordem social.
 - D) é, exclusivamente, uma forma de controle e gestão estatal da força de trabalho. E, no exercício profissional, ao assistente social cabe reconhecer claramente quais seus limites evitando, assim, alimentar expectativas inalcançáveis de atendimento de demandas que lhe são trazidas pelos usuários dos serviços e programas de tal política.
31. Faleiros, ao discorrer sobre o irrompimento do "Estado consensual", traz às claras três aspectos que a ele se vinculam, a partir da assunção desse papel, que são:
- A) o favorecimento do atendimento pleno às necessidades do trabalhador; o equilíbrio da pobreza; o controle do capital.
 - B) o esvaziamento das lutas de classes; o controle dos movimentos sociais; o compromisso com as classes dominantes.
 - C) a universalidade dos direitos; a oxigenação do capital; a eliminação dos conflitos sociais.
 - D) o esvaziamento das lutas de classes; o controle do capital; a monitoração dos movimentos sociais.
32. Na visão de Faleiros, as organizações não-governamentais
- A) têm um papel ambíguo no processo de gestão do social e, embora possam trazer mais agilidade, eficiência e participação em certos setores, não garantem, por elas mesmas, a universalidade de direitos.
 - B) são meios eficientes de garantir a universalização dos direitos, desde que o Estado assuma o compromisso que firma com elas de repasse dos recursos sem atrasos ou descontinuidade.
 - C) são entidades que sempre garantem a eficiência, a agilidade e a eficácia que o poder público não assegura na prestação de seus serviços. Logo, apresentam mais chances de promover a universalidade dos direitos.
 - D) porque não buscam o lucro, estão mais capacitadas para garantir o acesso a direitos, possibilitando assim, em médio prazo, a concretização da universalidade dos mesmos.
33. "Um estado de contenção social que se expressa nos mecanismos de vigilância física e eletrônica, na construção de prisões e ampliação dos aparatos de punição", segundo Faleiros, teria surgido no lugar do Estado
- A) anarquista.
 - B) democrático.
 - C) totalitário.
 - D) de bem-estar.
34. As críticas de Menezes à produção e à análise teóricas brasileiras acerca das políticas sociais e do *welfare state* têm um ponto central que diz respeito
- A) à colocação, nessas produções, do econômico e do político em um mesmo patamar.
 - B) à colocação, nesses estudos, do fator econômico em plano secundário e o conseqüente risco de conferir ao político uma autonomia excessiva.
 - C) ao fato de os estudiosos terem se ocupado exclusivamente do econômico, esquecendo-se de que são as tensões políticas que conferem forma e alcance às políticas sociais.
 - D) às particularidades não assinaladas por esses autores quanto ao modo como os governos operacionalizam as políticas básicas e as políticas focais.

35. Assinale a alternativa que traduz bem a idéia de Menezes em relação ao papel do Estado brasileiro no "movimento mundial da acumulação capitalista".
- A) O Estado brasileiro, à contra vontade, tem emperrado o desenvolvimento capitalista em razão das fortes pressões dos movimentos sociais e das reivindicações dos trabalhadores, que o têm forçado, cada vez mais, a assumir gastos com o social.
 - B) A economia brasileira tem se mantido avessa às determinações do capital estrangeiro, por reconhecer que há particularidades do Estado brasileiro que impõem ao governo não seguir regras gerais.
 - C) O Estado brasileiro cumpre à risca o papel que lhe atribui esse movimento mundial. Coloca-se como agente financiador e produtor de mercadorias e de serviços e, paralelamente, assume a função de mediador da centralização e acumulação do capital industrial e financeiro externo e interno.
 - D) No Estado brasileiro, o desenvolvimento capitalista tem conseguido realizar-se e impor-se dentro de uma margem relativa de autonomia e liberdade para definir, no espaço interno, que regras internacionais serão adotadas ou excluídas de suas políticas econômicas.
36. "Razão comunicativa" (HABERMAS), "voz ativa" (OFFE), o "elemento político" (MARSHALL), o "tempo que resta" (GORZ), "estar no mesmo barco" (noção de que vários autores compartilham) são expressões, segundo Menezes, que revelam um esforço de
- A) refuncionalizar a solidariedade – de existência possível nas sociedades pós-industrializadas, que pode responder pela reordenação da nova sociabilidade –, esvaziando os conteúdos econômicos presentes no trabalho, na produção e no valor, eliminando-se, dessa forma, a contradição da ordem econômica capitalista.
 - B) ofertar saídas para a nova ordem econômica, sem que se tenha de impor mais sacrifícios à população que requer assistência do poder público para garantia dos mínimos sociais.
 - C) garantir à humanidade um ambiente harmonioso, uma ordem econômica e social mais justa, enfim, um capitalismo humanizado capaz de conviver com as desigualdades de modo pacífico.
 - D) conciliar, de forma menos danosa, os efeitos e os desastres que o capitalismo promoveu no planeta. É a utopia de levar à humanidade uma outra sociabilidade que harmonize o homem e o planeta, eliminando-se as expressões extremas de violência e destruição.
37. É correto dizer que, ao assistente social intimado por autoridade competente a prestar depoimento, o Código de Ética Profissional
- A) permite que revele toda e qualquer informação fornecida pelo usuário, tendo em vista que o profissional não se colocou voluntariamente para prestar depoimento, mas foi impelido a fazê-lo.
 - B) assegura seu não atendimento à convocação, considerando o dever de guardar sigilo em relação às informações prestadas pelo usuário, como define este mesmo código.
 - C) orienta a só revelar fatos e acontecimentos que não impliquem para o usuário a sanção de penalidades em decorrência das informações prestadas pelo profissional, conforme assegura a legislação vigente.
 - D) afirma que é seu dever comparecer perante a autoridade competente para declarar que está obrigado a guardar sigilo profissional nos termos do próprio código e da legislação em vigor.
38. Assinale a alternativa na qual a quebra do sigilo profissional apresenta-se corretamente tratada.
- A) Em nenhuma hipótese, o sigilo profissional pode ser quebrado sem que se configure ferimento ao código de ética do profissional de Serviço Social.
 - B) Quando a situação, configurando ou não fato delituoso, revele-se grave a ponto de poder ocasionar prejuízos ao usuário, a terceiros ou à coletividade, o sigilo profissional poderá ser quebrado.
 - C) Somente quando o fato de que o assistente social tiver tomado conhecimento não estiver relacionado a aspectos da vida privada do usuário, o sigilo profissional poderá ser quebrado.
 - D) O sigilo profissional poderá ser quebrado em quaisquer circunstâncias, bastando que o assistente social entenda, a seu prudente arbítrio, conveniente revelar fatos, desde que não identifique o usuário.
39. A sede e o foro do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) encontram-se localizadas no
- A) Rio de Janeiro.
 - B) estado com maior número de profissionais inscritos no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS).
 - C) Distrito Federal.
 - D) estado que alcança a maior arrecadação de anuidades. Logo, a sede e o foro do CFESS não são fixos.

40. Assinale a alternativa que contém as fontes mantenedoras do Conselho Federal de Serviço Social.
- A) Doações e legados; contribuições, taxas e emolumentos arrecadados pelos Conselhos Regionais de Serviço Social, sendo o percentual definido pelo fórum máximo que se dá nas reuniões conjuntas dos Conselhos Regionais e Federal; outras rendas.
 - B) Contribuições, taxas e doações feitas diretamente ao CFESS pelos profissionais inscritos em seus respectivos conselhos, que estejam atuando nos órgãos de classe ou entidade representativa; recursos providos do Conselho Nacional de Assistência Social; recursos da Secretaria Nacional da Assistência Social.
 - C) Colaborações feitas pelos Conselhos Regionais de Serviço Social; doações do Fundo Nacional de Assistência Social; outras rendas.
 - D) Recursos da União; doações e legados; percentual das contribuições, taxas e emolumentos arrecadados pelos Conselhos Regionais de Serviço Social e sindicatos da classe.
41. Assinale a alternativa em que são apresentadas três das atribuições que os Conselhos Regionais de Serviço Social têm em suas respectivas áreas de jurisdição.
- A) Fixar os percentuais das contribuições e taxas a serem destinados ao CFESS; baixar regulamentação definindo o valor e a forma de pagamento de anuidades dos profissionais que buscam inscrição nos respectivos órgãos; estabelecer os sistemas de registro dos profissionais habilitados.
 - B) Zelar pela observância do Código de Ética Profissional; estabelecer os sistemas de registro dos profissionais habilitados; aprovar o Regimento Interno, após submetê-lo à assembléia da categoria.
 - C) Fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão de assistente social na respectiva região; fixar, em assembléia da categoria, as anuidades que devem ser pagas pelos assistentes sociais; organizar e manter o cadastro das instituições e obras sociais públicas e privadas, ou de fins filantrópicos.
 - D) Expedir carteiras profissionais de assistentes sociais; funcionar como Tribunal Superior de Ética Profissional nos casos de infrações simples; fixar os percentuais das contribuições e taxas a serem destinados ao CFESS.
42. De acordo com o Código de Ética, ao assistente social é proibido
- A) negar-se a supervisionar aluno de Serviço Social em instituição que não tenha em seu quadro assistente social que o acompanhe diretamente no estágio, pois essa conduta provoca prejuízos ao aluno.
 - B) substituir profissional que tenha sido exonerado por defender os princípios da ética profissional, por todo o tempo em que dure o motivo da exoneração, demissão ou transferência.
 - C) negar-se a assumir responsabilidade pela realização de uma determinada atividade tão-somente por não se encontrar capacitado pessoal e tecnicamente, pois essa atitude põe em descrédito toda a categoria profissional.
 - D) denunciar falhas nos regulamentos, normas e programas da instituição em que trabalha, ainda que estes firam princípios e diretrizes do Código de Ética, tendo em vista que a instituição tem relativa autonomia para definir suas próprias regras.
43. Antunes, quando discorre sobre o mundo do trabalho, fala que a periferia da força de trabalho compõe-se de dois grupos. O primeiro grupo caracteriza-se por uma alta rotatividade (pessoal do setor financeiro, secretárias, pessoal das áreas de trabalho rotineiro e de trabalho manual menos especializado); o outro
- A) apresenta-se numericamente maior; inclui empregados em tempo parcial, empregados casuais, pessoal com contrato por tempo determinado, temporários, subcontratados e com menos segurança de emprego.
 - B) está composto por um número de empregados bem inferior ao do primeiro grupo, e em condições significativamente mais precárias que esses, mas com maior segurança de emprego.
 - C) é composto de empregados em tempo integral; apresenta baixíssima rotatividade, razoável nível de qualificação e maior segurança de emprego.
 - D) é numericamente inferior, apresenta uma menor flexibilização do contrato de trabalho; compõe-se de empregados sem qualquer qualificação.

44. O CRESS é competente para
- A) definir, fixar e aplicar sanções disciplinares aos assistentes sociais.
 - B) aplicar as sanções que se encontram previstas no Código de Ética Profissional.
 - C) autorizar, excepcionalmente, pessoas não qualificadas à prática de atos exclusivos do assistente social, desde que seja por curto espaço de tempo.
 - D) autorizar, excepcionalmente, ao aluno do curso de Serviço Social a realização de estágio sem a devida supervisão técnica.
45. De acordo com Yolanda Guerra, a práxis é o campo em que
- A) a racionalidade suplanta a instrumentalidade no cotidiano do assistente social.
 - B) as mediações são rompidas, fazendo emergir os conflitos sociais, estes que são o objeto, de fato, da ação do assistente social.
 - C) a racionalidade e a instrumentalidade disputam de forma clara um lugar na ação cotidiana do profissional da área social.
 - D) se estabelecem, entre a racionalidade e a instrumentalidade, as articulações, os nexos e relações.
46. Yolanda Guerra, em sua obra *A instrumentalidade do Serviço Social*, ao discorrer acerca da disputa da hegemonia de uma concepção de ciência, alerta para o que se encontra encoberto, ocultado, subjacente nesse embate, que é
- A) uma proposta ideológica de negação, superação ou legitimação da ordem social capitalista.
 - B) o esforço de romper com o pragmatismo de algumas pseudociências que embotam o conhecimento pleno da realidade.
 - C) o desejo de reconhecer como ciência somente o conhecimento que se produza mediante a experimentação.
 - D) a intenção de excluir as ciências sociais do rol daquilo que se convencionou chamar ciência.
47. Na perspectiva de Iamamoto, para se compreender ou se dar conta da questão social
- A) são imprescindíveis: o levantamento de dados socioeconômicos e o conhecimento do grau de satisfação das necessidades básicas das populações-alvo em relação às quais se está referindo a análise, bem assim a aferição do impacto das ações estatais sob a forma de políticas sociais.
 - B) é indispensável que as desigualdades sociais – de classes – sejam decifradas em seus recortes de gênero, raça, etnia, religião, nacionalidade, meio ambiente etc. E que, igualmente, se decifrem as formas de rebeldia e resistência com que os sujeitos sociais as vivenciam.
 - C) é suficiente que se conheçam os indicadores econômicos, tendo em vista que as questões sociais irrompem em cenários em que o capitalismo impera com força destrutiva.
 - D) importa decifrar o modo como, no capitalismo atual, o trabalho morto vem dando lugar ao trabalho vivo, bem assim compreender a lógica e os efeitos do capital volátil na realidade social.
48. Assinale a alternativa que apresenta o eixo em torno do qual foi organizado o II Congresso Brasileiro de Serviço Social, realizado em 1961.
- A) O evento centrava a discussão em torno da necessidade de se formularem novas estratégias de enfrentamento às investidas governamentais de controle dos movimentos sociais emergentes.
 - B) O congresso traduzia o esforço de readaptação do Serviço Social, numa busca por sintonizar seu discurso e seus métodos com as preocupações das classes dominantes e do Estado em relação à questão social e sua evolução.
 - C) O momento constituiu uma estratégia de atualização das idéias que agitavam os setores dominantes e das demandas reais da categoria profissional na direção de assegurar a construção de um projeto societário pautado no reconhecimento dos sujeitos como detentores de direitos.
 - D) A discussão que ocupava o lugar central no encontro dos profissionais de Serviço Social era a emergência dos movimentos sociais que ganhavam a cena pública e punham a nu a face mais cruel da ideologia desenvolvimentista.

49. Na visão de Iamamoto, os serviços e os benefícios sociais, na realidade,
- A) retratam a face humanitária do capital que, por se entender expropriador do sujeito que vive do trabalho, retorna as suas (do trabalhador) mãos uma quota, a mais justa possível, do produto que esse cria.
 - B) representam a participação dos trabalhadores nos lucros que o capital obtém com a mercadoria que a classe trabalhadora produz, e que, só através desses meios e recursos, dela volta a se apropriar.
 - C) consolidam o esforço do Estado na direção de corrigir os desvios que o mercado promove e que impedem à classe trabalhadora o acesso igualitário ao produto por ela mesma criado.
 - D) sejam eles públicos ou privados, nada mais são do que a devolução à classe trabalhadora de parcela mínima do produto por ela criado, mas não apropriado.
50. Assinale a alternativa que contém assertivas que traduzem fielmente o pensamento de Faleiros acerca de **método**.
- A) É uma série de regras; é o nexos ideal estabelecido entre as variáveis isoladas por um sujeito observador que deve manter-se neutro frente à realidade da qual busca a compreensão.
 - B) Configura um esforço de articular a razão e a emoção no sentido de entender os fenômenos a partir de sua natureza, de sua essência. É a busca, enfim, da neutralidade científica e da essência das coisas.
 - C) O método é um instrumento de pesquisa científica, e, como tal, está fixado em um esquema o mais rígido possível, que deve ser observado pelo sujeito que o emprega, na direção de captar os fenômenos em sua natureza mesma.
 - D) O método é construído. Ele se constitui no movimento de relação entre a ação e a reflexão, e nas condições dadas pelas relações de saber e poder. É pela prática científica que se forma o método.